



Aumento de Arrecadação. Pis e Cofins também na importação

Em 29 de janeiro de 2004, foi publicada a Medida Provisória nº. 164, instituindo as novas exações Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP incidentes sobre as operações de importação, a Cofins Importação e o PIS Importação. Tais tributos, que incidem não só na importação de bens e produtos, mas também na prestação de serviços do exterior, passaram a ser exigidos a partir de 01 de maio último e carregaram um aumento de aproximadamente 10% no valor da importação

No tocante à incidência na prestação de serviços, serão tributados aqueles prestados por pessoa física ou pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior, nas hipóteses de tais serviços serem executados no País ou quando executados no exterior, mas cujo resultado aqui se verifique.

Com relação à incidência na importação de produtos ou (i) bens, consideram-se também estrangeiros os bens nacionais ou nacionalizados exportados, que retornem ao País, salvo se enviados em consignação e não vendidos no prazo autorizado e poucas outras situações especificamente descritas na lei; (ii) os equipamentos, as máquinas, os veículos, os aparelhos e os instrumentos, bem como as partes, as peças, os acessórios e os componentes, de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno pelas empresas nacionais de engenharia, e exportados para a execução de obras contratadas no exterior, na hipótese de retornarem ao País.

Deste modo, convém salientar que o fato gerador tributário, ou seja, o evento que dá ensejo à incidência do tributo, é a entrada de bens estrangeiros no território nacional ou o pagamento, o crédito, a entrega, o emprego ou a remessa de valores a residentes ou domiciliados no exterior como contraprestação por serviço prestado.